

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

**JÚLIA VIGNÉ NUNES**

**DESCOMPLICANDO O JUDICIÁRIO:**

UM MANUAL PARA A COBERTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

SALVADOR- BA

2018

**JÚLIA VIGNÉ NUNES**

**DESCOMPLICANDO O JUDICIÁRIO:**

UM MANUAL PARA A COBERTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

Memória do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao

Colegiado do Curso de Comunicação Social da Faculdade de

Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom –

UFBA) como requisito parcial para a obtenção do título de

Bacharel em Comunicação – Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Nuno Manna.

Salvador - BA  
2018

**DESCOMPLICANDO O JUDICIÁRIO:**

UM MANUAL PARA A COBERTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Nuno Manna Nunes Cortes Ribeiro (Orientador)**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Profa. Dra. Leonor Graciela Natansohn (Avaliadora interna)**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Cláudia Mariana Cardozo (Avaliadora externa)**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Salvador, 17 de julho de 2018**

NUNES, Júlia. Descomplicando o Judiciário: um manual para a cobertura do Tribunal de Justiça da Bahia. Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2018.

**RESUMO**

Este memorial busca detalhar as etapas do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal da Bahia (Ufba). O trabalho resulta na construção de um manual - que pode ser acessado através da plataforma issuu - sobre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA) que tem como objetivo introduzir jornalistas e estudantes de Jornalismo ao funcionamento do Judiciário e mais especificamente sobre as possibilidades de cobertura da Corte estadual. Além de explicar o funcionamento do Judiciário, o manual aborda os erros comuns na cobertura da área, lista os cuidados necessários na cobertura jurídica, traz dicas sobre a área, expõe como buscar processos e ler decisões, além de dispor de um glossário com palavras básicas para o dia-a-dia na redação. Neste memorial descritivo, as etapas práticas são tratadas, visando explicitar de que forma o manual foi feito. Também é dito sobre linguagem jurídica e a mediação jornalística, jornalismo especializado, cobertura da Justiça e jornalismo jurídico, além da cobertura de Justiça na Bahia.

**Palavras-chave:** Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, TJ-BA, Manual, Cobertura Jornalística, Judiciário, Jornalismo Jurídico

**LISTA DE FIGURAS**

**Imagem 01 ........................................................................................................ 26**

**Imagem 02..........................................................................................................26**

**Imagem 03..........................................................................................................27**

**Imagem 04..........................................................................................................28**

**Imagem 05..........................................................................................................31**

**SUMÁRIO**

**1. INTRODUÇÃO**...................................................................................................................07

**2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**.....................................................................................10

2.1 LINGUAGEM JURÍDICA E A MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA..........................10

2.2 JORNALISMO ESPECIALIZADO.......................................................................15

2.2.1 COBERTURA DA JUSTIÇA E JORNALISMO JURÍDICO.................16

2.2.2 COBERTURA DE JUSTIÇA NA BAHIA..............................................20

**3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**.....................................................................26

3.1 DEFINIÇÃO DO TEMA........................................................................................26

3.2 FORMATO DE MANUAL....................................................................................27

3.3 PROCESSO DE APURAÇÃO...............................................................................31

3.3.1 QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS..................................................31

3.3.1.1 JORNALISTAS E ESTUDANTES DE JORNALISMO.........31

3.3.1.2 COBERTURA NOS VEÍCULOS.............................................34

3.3.1.3 VISÃO EXTERNA...................................................................36

3.3.1.4 VISÃO INTERNA....................................................................37

3.3.2 DOCUMENTOS INTERNOS.....................................................39

3.4 DEFINIÇÃO DE CAPÍTULOS..............................................................................40

3.5 FORMATO FINAL E PROJETO GRÁFICO........................................................40

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**...........................................................................................42

**5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**............................................................................44

**1. INTRODUÇÃO**

O início do Mensalão, em 2012, e a Operação Lava Jato, desenvolvidas pelo Ministério Público Federal (MPF) desde 2014 no país, acabaram trazendo à tona diversos escândalos políticos. Para Galindo (200), após as duas operações, o jornalismo brasileiro passou a cobrir mais intensamente o Judiciário, tendo em vista que políticos de todo o país foram ou estão sendo investigados pela Operação. Frente a uma massiva cobertura do Congresso Nacional - Legislativo - e dos atos presidenciais - Executivo - no dia a dia, o Judiciário passa a compartilhar desse protagonismo nos noticiários a partir dos grandes escândalos políticos, que acabaram judicializados.

Durante esse julgamento [...] o Judiciário foi para o primeiro plano nas coberturas diárias, o que permitiu uma observação mais rica da construção de uma idéia de Justiça e dos juízes durante esse período. A cobertura do julgamento do “mensalão” no STF levantou importantes debates na sociedade, através do jornalismo, sobre o grau de acessibilidade do Judiciário, impunidade para pessoas ligadas ao poder, possível influência direta do Poder Executivo e do Poder Legislativo em julgamentos e a linha que divide o público do privado. (GALINDO, E., 2009, p.126)

Através dos diversos escândalos políticos decorrentes das operações do Ministério Público e das implicações diretas que o trâmite do Judiciário trazia - e traz - aos acusados, o jornalismo passou a cobrir mais de perto todas as instâncias do poder Judiciário, principalmente as ligadas à Lava Jato, como a 19ª Vara Federal de Curitiba, conhecida pelo protagonismo do juiz federal Sérgio Moro, a 7º Vara Federal do Rio de Janeiro, com o juiz federal Marcelo Bretas, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que decide assuntos da Lava Jato no segundo grau e o Supremo Tribunal Federal (STF), que possui a relatoria do ministro Edson Fachin.

Além da própria Operação Lava Jato, que teve diversos políticos baianos investigados, a partir de 2013 outro fenômeno - de menor proporção - fez com que os jornalistas tivessem que dar uma “atenção maior” à Justiça: o caso Kátia Vargas. A médica oftalmologista foi acusada de provocar um acidente de trânsito que terminou com a morte de Emanuel e Emanuelle Gomes Dias, de 21 e 23 anos, respectivamente. O caso parou na Justiça, com denúncia do Ministério Público, e a Justiça decidiu em 2014 que o caso deveria ir à júri popular, tendo em vista que a tese da defesa era de que o homicídio era doloso - ou seja, que Kátia teria matado os irmãos intencionalmente. De acompanhar o processo nos sistemas processuais ler as sentenças e comparecer ao júri, os jornalistas cobriram o caso e tiveram que lidar com as etapas e especificidades judiciais.

Por conta da falta de conhecimento da área e até mesmo de pouco contato com a Justiça, alguns erros surgiram na cobertura dos dois casos. O maior questionamento das defesas, tanto de Kátia Vargas como das dos acusados nas Operações supracitadas, é a presunção da inocência, prevista constitucionalmente. É previsto que o réu apenas será considerado culpado após a determinação da última instância da Justiça, quando não houver mais como entrar com recurso contra a decisão. No entanto, por falta de cuidado e até mesmo de conhecimento, alguns casos de culpabilização das pessoas pela imprensa, antes mesmo da decisão da Justiça, foram registrados. No caso de Kátia Vargas, o julgamento da imprensa foi, inclusive, um dos argumentos da defesa da médica, afirmando que a cobertura influenciou no julgamento da população, que tratava Kátia como assassina.

Foi através da observação da dificuldade encontrada por estagiários, jornalistas e estudantes de Jornalismo ao cobrir o Judiciário que produzi o manual “*Descomplicando o Judiciário: um manual para a cobertura do Tribunal de Justiça da Bahia”* [[1]](#footnote-1)como requisito para conclusão do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

A cobertura do Judiciário pode parecer um bicho de sete cabeças para estudantes de Jornalismo e recém-chegados nas redações ao redor do país. No entanto, presumivelmente em algum momento da vida, jornalistas e estagiários irão se deparar com decisões, despachos e peças judiciárias - que parecerão estar criptografadas - e terão que traduzí-las da melhor forma possível para o leitor. O manual foi criado com a intenção de servir como um guia introdutório para aqueles que vão participar de coberturas jornalísticas que envolvam a Justiça baiana. Não tem a pretensão, por entanto, de elucidar todas as dúvidas existentes da área, e nem poderia, por conta de sua complexidade. No entanto, tem sim a intenção de dar um panorama inicial da Justiça, de seu estrutura e fornecer ferramentas para que a cobertura seja feita de forma mais correta e até mesmo aprofundada.

Para isso, o produto inicia com a explicação do funcionamento da Justiça brasileira como um todo, dando um enfoque na Justiça estadual baiana, passando por dúvidas, erros comuns, cuidados necessários na cobertura jurídica, dicas sobre a área, tutorial sobre como buscar processos e decisões, além de um glossário com palavras utilizadas mais frequentemente pelo nosso campo.

Para a construção do manual, além da experiência própria com a cobertura da área, através do estágio nos veículos baianos Bahia Notícias e Correio - inclusive cobrindo especificamente a área da Justiça durante quase um ano no primeiro -, e da observação da dificuldade dos colegas ao se depararem com decisões, despachos, peças e outros ritos da Justiça, um questionário aplicado pelo Google Forms foi utilizado para levantar as maiores dificuldades e a percepção da área por jornalistas, estagiários e estudantes de Jornalismo baianos. O resultado é descrito no capítulo “Procedimentos Metodológicos”.

A delimitação da cobertura do TJ-BA é justificada por conta da importância da Corte, tendo em vista que a justiça estadual é responsável por julgar qualquer ação que não seja de competência de outro órgão, ou seja, ela abrange mais áreas. Em um primeiro momento, ainda na fase de produção do anteprojeto do trabalho, se foi pensado no recorte do Supremo Tribunal Federal, por conta dos recentes holofotes à Suprema Corte, como Mensalão, Lava Jato e seus desdobramentos. No entanto, a possibilidade foi descartada tanto pela vontade de regionalização do produto, como pela maior dificuldade de execução. A falta de um manual específico para o TJ-BA, assim como o Ministério Público da Bahia (MP-BA) tem, mesmo que não aprofundado, também motivou essa delimitação.

A relevância do produto se justifica não somente pela importância da cobertura da Justiça, o terceiro poder, para a manutenção da democracia no país, mas também por conta da abrangência desta área, tendo em vista que qualquer editoria pode passar por episódios de judicialização de questões. Desde saúde, política, esportes, cultura, tudo pode ser judicializado e, assim, a necessidade de entendimento do funcionamento da Justiça pode ser necessário. É importante ressaltar que o manual não é destinado somente para aqueles interessados na cobertura especializada da área, chamada de “jornalismo jurídico”, mas também de auxiliar jornalistas de todas as áreas a terem noções básicas da Justiça para realizarem suas coberturas.

O presente memorial descreve, em primeira pessoa, o processo de produção do manual, abordando desde a definição do tema, o formato, o processo de apuração, passando pelas entrevistas feitas com jornalistas, editores e assessores do tribunal, além do processo de definição dos capítulos do manual. A escolha da ordem dos capítulos foi a mais didática possível, ao meu ver, seguindo a ordem cronológica do que ocorreu na prática.

**2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

**2.1 LINGUAGEM JURÍDICA E A MEDIAÇÃO JORNALÍSTICA**

O Jornalismo desempenha o papel de mediador entre o Judiciário e a sociedade, traduzindo as decisões da Justiça e as etapas jurídicas, através das notícias, aos cidadãos. A missão é ainda mais especial por conta da dificuldade da população de ter acesso e de entender a linguagem jurídica, que é complexa e feita “deles para eles”. O mesmo é visto, por exemplo, com o jornalismo científico, que tem que traduzir os termos específicos das ciências para a sociedade, além da própria área de economia, que também tem seus termos e seu grau de dificuldade.

Para transmitir o conteúdo jurídico ao leitor, em uma matéria autoral, o jornalista tem que, primeiro, ter acesso ao conteúdo (o que já é uma barreira para aqueles que não conhecem o rito do Judiciário e os sistemas processuais, por exemplo), depois compreender sobre o que aquilo se trata, para só assim tentar traduzi-lo para o leitor. O jornalista terá que recorrer ao seu *background* de conteúdo, para tentar emiti-lo ao leitor com o menor número possível de erros.

Em *“Do desejo de traduzir à transcriação: apontamentos sobre a decodificação jornalística do discurso científico, com base em conceitos de Haroldo de Campos, José Paulo Paes e Paul Ricoeur”*, de Maurício Guilherme Silva Jr. e Elton Antunes (2016), o trabalho de tradução do jornalismo é explicitado - mas com foco na especificação temática do jornalismo científico. Utilizarei, aqui, dos conceitos trazidos por eles, porque acredito que a tradução que ocorre no jornalismo científico, tem um processo próximo ao que ocorre no jurídico, em se tratando de necessidade de entender a linguagem técnica e específica da área e levá-la da melhor forma ao consumidor da notícia. Os autores chamam atenção para a necessidade de ressignificação dos termos técnicos nesse processo.

Os mecanismos jornalísticos de decodificação e edição do discurso da ciência implicam a necessidade de ressignificação das investigações especializadas, ligadas às mais diversas áreas do conhecimento, e a sublimação da terminologia técnica – transfigurando-a em narrativa dialógica, com linguagem e formato mais próximos à(s) experiência(s) daquele a quem se destina (leitor, espectador, usuário, etc.). (ANTUNES e SILVA Jr., 2016, p. 1).

Da mesma forma que ocorre no jornalismo científico, o objetivo da tradução de termos técnicos é a de transformar a linguagem utilizada para outra mais acessível. Para Antunes e Silva (2016), “a própria impossibilidade de tradução literal é responsável pela recorrência à recriação” (ANTUNES e SILVA Jr.; 2016, p.10). Os autores também chamam a atenção para a necessidade de criação de um novo discurso para o termo, o que eles nomeiam de “novos modos de dizer a ciência”. De fato, ao traduzir uma decisão de um(ns) magistrado(s), uma nova forma de relatar o que foi escrito surge: o relato para terceiros, com a possibilidade, inclusive, de posicionar tal discurso no meio a outros acontecimentos e contextos, alterando-o.

Infere-se que, ao criar novos modos de “dizer a ciência” – e não apenas de traduzi-la –, o jornalista vivencie a “hospitalidade linguística” nascida, justamente, do luto gerado em função da impossibilidade da tradução “absoluta/perfeita”. [...] Pois, superado o luto da impossibilidade da (mera) “tradução” sem perdas, haverá necessidade de criar – linguística e culturalmente – um novo discurso, capaz – em analogia a Ricoeur – de “levar a ciência ao leitor” e, ao mesmo tempo, de “levar o leitor à ciência”. (ANTUNES e SILVA Jr., 2016, p. 15-16).

Para os autores, edição jornalística é a “atividade ligada à decodificação dos discursos especializados, elaborados em diversas áreas do saber, de forma a problematizar os significados – éticos e sociopolíticos, principalmente – da produção de conhecimento e de inovação tecnológica” (ANTUNES e SILVA Jr., 2016, p. 8). Ou seja, a mediação do conteúdo técnico e a sociedade é posta como papel do jornalismo, nesse caso.

Parte-se do entendimento de “edição jornalística” [...] como forma de mediação apta a explorar possibilidades de estímulo ao diálogo entre a ciência (“universo” composto por especialistas, instituições, etc.) e a sociedade. Trata-se, em suma, de projetos de edição responsáveis por narrativas que problematizem princípios cartesianos e positivistas ainda hoje correntes no próprio discurso científico. (ANTUNES e SILVA Jr.; 2016; p. 4)

A linguagem jurídica, ao meu ver, é conservadora e pode ser considerada até mesmo elitista. Através do uso de jargões em latim e uma “linguagem própria” dos operadores de Direito, os termos utilizados acabam restringindo a mensagem apenas a pessoas que detém o conhecimento técnico e conseguem decodificá-la. Para Lopes (2008), em “*Juristas e Jornalistas: Impressões e Julgamentos*”, “A obra dos juristas pode destinar-se à apreensão interna de dados instrumentais do direito, criando um subsistema fechado aos leigos”.

Há, todavia, uma demanda de que a comunicação atinja um auditório mais abrangente, principalmente no que concerne às decisões e às manifestações que interferem nos limites de conduta que lhes são compulsoriamente exigidos. Nele encontram-se as partes ou os interessados diretos numa certa causa e, concomitantemente, toda a sociedade, como receptora potencial da mensagem sobre o que é o direito. (LOPES, 2008, P. 256)

Os jornalistas são, então, os responsáveis por traduzir a linguagem jurídica à sociedade. A missão reforça ainda mais a necessidade de passar a mensagem aos leitores/telespectadores/ouvintes da melhor forma possível, com cuidado e atenção aos detalhes. Com essa responsabilidade, além ter clareza no discurso, é imprescindível que a mensagem seja passada sem erros. Assim,

O jornalista entra em campo para tentar democratizar o acesso à informação das decisões e de outras práticas judiciais. Quando bem informa, o profissional da Imprensa colabora também no acesso à Justiça. Quando não, pode até ajudar a violar direitos fundamentais previstos na Constituição. (PAIXÃO, 2010, p.16).

A mediação do jornalista entre a linguagem jurídica e a linguagem jornalística perpassa pela necessidade de entendimento da primeira para, assim, a tradução ocorrer. No processo comunicacional, o jornalista é, ao mesmo tempo, receptor e emissor. Primeiro ele recebe a mensagem para, só assim, transmití-la para a sociedade. A comunicação, no entanto, só se realiza quando há a interpretação da mensagem de forma correta.

O problema aqui é quando o receptor desconhece os vários significados daquele código e o substitui por um signo lingüístico que não corresponde à mensagem original. Isso ocorre, com muita freqüência, no meio jornalístico porque também há uma “distância” entre o profissional de comunicação e o mundo jurídico. (PAIXÃO, 2010, p.16).

É importante destacar aqui que a dificuldade dos jornalistas não é exclusivamente com a linguagem jurídica. Na verdade, acredito que há um desconhecimento geral da sociedade com os ritos do Judiciário, e com os profissionais da imprensa não é diferente - muito menos com os estudantes de Jornalismo. O conhecimento sobre o caminho de uma ação na Justiça; da estrutura do Judiciário; do significado de primeira, segunda e instância superior e reflexo disso nas decisões; tudo isso é de extrema importância para que o jornalista tenha o mínimo de informação necessária para apurar dentro do Judiciário. Então, esclareço que não apenas o desconhecimento da linguagem jurídica e seus termos específicos é prejudicial ao trabalho do jornalista - e, consequentemente, para a sociedade -, mas também toda a falta de conhecimento do Judiciário, seus ritos e estrutura.

Esse complexo sistema judicial é bastante desconhecido da população. O público, em geral, desconhece não apenas o seu funcionamento, como também é incapaz de distinguir os papéis e as funções de cada um de seus agentes. Pode-se afirmar que o grau de desconhecimento é universal, não havendo correlação positiva entre escolaridade e conhecimento. Ou seja, mesmo pessoas com grau universitário não possuem conhecimentos mínimos sobre o sistema de justiça e seus diferentes operadores. Não é raro que ignorem a existência de dois agentes inteiramente distintos como o são o juiz e o promotor. O delegado de polícia sequer é visto como pertencente ao sistema de justiça. (...) Em contraste com a ausência de correlação entre grau de escolaridade e conhecimento sobre o sistema de justiça, verificou-se, durante a pesquisa, que quanto menor o município maior a probabilidade de que seus habitantes conhecessem minimamente as diferenças entre os vários integrantes do sistema de justiça. Efetivamente, nas cidades pequenas, além de ser comum a distinção entre as figuras do juiz, do promotor e do delegado, há noções razoavelmente claras sobre as funções de cada um. Nas comarcas maiores, ao contrário, o mundo da justiça tende a se distanciar de tal forma do cotidiano do cidadão, que dificilmente escapa de apreciações negativas, nas quais todos os seus agentes e atribuições encontram-se misturados. (SADEK, 2010, p.11)

Por isso, além da missão de entender perfeitamente a decisão ou etapa jurídica, o jornalista ainda deve se utilizar de palavras compatíveis na notícia para deixar a mensagem traduzível e acessível para o receptor. E esse processo é imprescindível para que haja um entendimento por parte da sociedade, assim como Filomena (2010) diz: “Nota-se que a conversão de uma linguagem em outra se faz necessária para tornar a mensagem acessível ao leitor, ouvinte, internauta ou telespectador”. Para ela, o processo de entendimento da Justiça, com sua linguagem complexa, seria “quase impossível” sem o Jornalismo ou sem a interpretação da linguagem.

É inegável que o Direito só pode ser exercido por meio da comunicação, e que alguém só se comunica quando se faz entender. A relação entre cidadão e Justiça, no entanto, seria quase impossível sem a existência de intérpretes das expressões utilizadas pelos profissionais da área. (PAIXÃO, 2010, p. 15)

O que acaba acontecendo em algumas redações - digo aqui com minha experiência de três anos cobrindo a área, sendo especificamente no Bahia Notícias ou em algumas matérias no jornal Correio, além de observação através de contato com colegas do Jornalismo - é a dificuldade na tradução da linguagem jurídica e do conhecimento da área. A difícil compreensão da linguagem jurídica acaba dificultando a cobertura jornalística e, por vezes, acarretando em erros técnicos que podem alterar o significado real de uma sentença ou culpando pessoas que ainda não foram julgadas.

Muitos dos erros ocorrem por conta de uma falta de entendimento geral da sociedade da Justiça, seus ritos e sua estrutura e também por uma carência das faculdades de Jornalismo que não oferecem matérias específicas de Justiça ou que passem ao menos a Constituição aos alunos. Durante a graduação, as faculdades de Jornalismo oferecem disciplinas voltadas para o entendimento da Cultura, da Política, da Arte, da sociedade. No entanto, na maioria das faculdades não se é ministrado uma disciplina que explique o universo do Judiciário, o que acaba influenciando na cobertura da área.

É essa dificuldade de traduzir a linguagem jurídica para a jornalística que pode ser um dos elementos responsáveis pelos equívocos cometidos durante a cobertura do Poder Judiciário. Quando o jornalista traduz a linguagem jurídica, ele busca contribuir para suprir uma lacuna que o sistema judicial não consegue dar razão: conferir publicidade aos atos do Poder Judiciário.(...) A linguagem é uma ferramenta não só de informação, mas de aproximação. (PAIXÃO, 2010, p.8)

As consequências dos erros jornalísticos podem ser irreversíveis na vida de uma pessoa, seja ela pública ou um homem comum. Um único sinônimo errado ou uma confusão de papel de órgãos pode influenciar em uma pessoa, seja no julgamento que a sociedade pode ter ou até mesmo em um resultado de uma eleição, em maior escala. Não digo aqui que a “culpa” de uma tradução errada ou da dificuldade encontrada seja exclusivamente do jornalista e que os operadores do Direito não tenham uma parcela de influência nesse processo, tendo em vista que termos excessivamente técnicos e específicos são utilizados nas decisões. Admito e concordo com a tese, mas deixo claro que não é o viés do trabalho, que busca ajudar os jornalistas diante do cenário que temos atualmente e não propor uma mudança na forma de se comunicar nos juízes e desembargadores, que seria necessário.

Para Pereira (2014), a especificidade da linguagem “dá a ver relações de poder entre os indivíduos nas quais transparece uma hierarquia existente numa sociedade”.

A linguagem do direito nos dá uma percepção dessa hierarquização, pois, na sociedade brasileira, a linguagem jurídica, influenciada pela suas tradições sócio-históricas, se configura como um discurso que não se comunica com aqueles que nele não são iniciados. (PEREIRA, 2014, p.6)

O abismo que a linguagem jurídica acaba construindo com a sociedade poderia ser reduzido se houvesse uma maior atenção para o uso de palavras excessivamente técnicas pelos operadores da área, e da importância de proximidade com a população. Além de beber da linguagem colonial brasileira, explícita na análise de Pereira (2014), a linguagem jurídica utiliza-se de latim e termos que estão longe das utilizadas cotidianamente no país.

No entanto, o que fica em evidência é que o universo jurídico é construído

sobre convenções e tradições, e, mais do que qualquer outro campo do saber,

apegado aos seus dogmas, cuja linguagem, cheia de rebuscamentos, talvez seja um dos últimos traços de identificação com a sociedade colonial brasileira, revelando o papel deste discurso como reprodução da dominação do poder pelas elites, que resulta, dentre outras coisas, na desigualdade social, buscando nas estratégias discursivas a naturalização da ordem social vigente. (PEREIRA, 2014, p.15)

Até mesmo a Associação de Magistrados do Brasil (AMB), que reúne as associações estaduais de juízes do país, lançou a Campanha pela simplificação da Linguagem Jurídica, para tentar aproximar o cidadão da Justiça. A entidade reconhece, portanto, que o uso de jargões próprios e português arcaico faz com que a sociedade se afaste do Judiciário, que teoricamente é feito para que a sociedade exista. Para a AMB (2007), “a reeducação lingüística nos tribunais e nas faculdades de Direito, com o uso de uma linguagem mais simples, direta e objetiva, está entre os grandes desafios para que o Poder Judiciário fique mais próximo dos cidadãos.”

A forma excessivamente culta que alguns insistem em utilizar só agrada a duas categorias de pessoas: a dos que dela fazem uso e a dos que não entenderam nada, mas acharam tudo muito bonito. O sentido de comunicar, a essa altura, já se perdeu. E de modo negativamente impressionante, a linguagem jurídica está repleta de seguidores dessa forma de expressão – já que seria um sacrilégio denominá-la comunicação. Ocorre que esse estratagema não passa despercebido pelos estudiosos, que admitem um propósito em que seja uma linguagem de difícil compreensão, a fim de que não possa ser compreendida por “leigos”. (SILVA apud MENDONÇA, 1987:11).

Enquanto não há uma mudança estrutural na comunicação realizada pelo Judiciário, o papel de mediador do jornalista é ainda mais potencializado e o cuidado e conhecimentos necessários são ainda mais importantes, tendo em vista o papel de comunicar aos cidadãos os fatos que impactam em suas vidas. Por conta disso, é necessário o mínimo entendimento da área para evitar erros.

**2.2 JORNALISMO ESPECIALIZADO**

Para Tavares (2009), que faz um compilado de conceitos sobre jornalismo especializado admitidos no Brasil e na Espanha - esse último considerado por ele como “vanguardista” no tema - em “*O jornalismo especializado e a especialização periodística*”, o conceito de jornalismo especializado admite três manifestações empíricas referentes às suas especializações. São elas:

1) A especialização pode estar associada a meios de comunicação específicos (jornalismo televisivo, radiofônico, ciberjornalismo etc) e 2) a temas (jornalismo econômico, ambiental, esportivo etc), ou pode estar associada 3) aos produtos resultantes da junção de ambos (jornalismo esportivo radiofônico, jornalismo cultural impresso etc). (TAVARES, 2009, p. 115).

Ao dizer o termo “jornalismo jurídico”, falamos sobre especialização temática, assim como ocorre nos formatos de cobertura de Cultura, Esporte, Economia, Ciência, entre outras áreas do conhecimento. Dispensamos a especificidade do meio e consideramos que o jornalismo jurídico pode ser radiofônico, impresso, da web, de revista, dentre outros formatos.

No Brasil, o jornalismo cultural, esportivo, de economia, científico são bastante comuns nas redações. Existem jornalistas que cobrem especificamente essas áreas em boa parte das redações de jornal impresso. Os jornais definem suas editorias com base no que o leitor consome ou na demanda interna da redação.

A partir deste cenário teórico, Fernandéz del Moral e Esteve Ramírez (1996) afirmam a especialização jornalística – sua formação e surgimento no interior do campo profissional – como advindo de uma dupla exigência: 1) do próprio público, cada vez mais setorizado e/ou, 2) como uma necessidade dos próprios meios para alcançar uma maior qualidade informativa e uma maior profundidade dos conteúdos para os quais se volta, algo que também já apontamos acima, no início deste texto, quando falávamos do surgimento histórico deste tipo de jornalismo. (TAVARES, 2009, p. 122)

O diferencial do jornalismo especializado, para Tavares (2009) é que a necessidade básica dele é a de “intermediar tematicamente saberes expertos de uma maneira acessível ao público, buscando não apenas transmiti-los, mas também explicá-los (como normatiza a teoria)” (TAVARES, 2009, p. 127). Dessa forma, pressupõe-se mais uma vez do papel de mediador que o jornalismo assume frente aos assuntos mais afastados da realidade da sociedade, especialmente - mas não apenas deles.

Dentro do jornalismo especializado, está a cobertura da Justiça e o próprio jornalismo jurídico, que faz o intermédio entre a área jurídica e a sociedade. Na próxima seção, abordaremos o conceito de jornalismo jurídico, a diferença entre cobertura de Justiça, a importância da área e os sites nacionais que são especializados no assunto.

2.2.1 COBERTURA DA JUSTIÇA E JORNALISMO JURÍDICO

As matérias que cobrem Justiça e Direito no país, são realizadas, em sua maioria, de forma não especializada ou até mesmo em conjunto com outras colunas, como pode ser feito com política em alguns casos, por exemplo. Entendo que há uma necessidade de explicação da diferença entre Cobertura da Justiça e Jornalismo Jurídico por duas questões principais. A primeira é que o termo “Jornalismo Jurídico” prevê a especialização do veículo para a veiculação da matéria, enquanto que “Cobertura da Justiça”, ao meu ver, tem um caráter mais geral, de matérias veiculadas por qualquer jornal da área da Justiça e de Direito.

Concordamos, aqui, com a definição de jornalismo jurídico trazida por Rodrigo Daniel dos Santos Silva (2015) em sua monografia “*A expansão do Jornalismo Jurídico no Brasil*”: “O jornalismo jurídico é aquele destinado a cobrir questões relacionadas ao Direito e à Justiça, tendo como fontes principais os doutrinadores e os operadores do Direito. Há, ao menos, três tipos de matérias jurídicas: fatos, legislativas e negócios”.

No primeiro caso, o profissional reporta, principalmente, o que ocorre dentro do Poder Judiciário. Da mesma forma, que o jornalista especializado em política cobre o Poder Executivo e o Legislativo. (...) Uma matéria sobre uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho de indenizar um trabalhador que perdeu a audição em decorrência das atividades que exercia, é um exemplo de matéria jurídica do tipo legislativa. (...) no terceiro e último caso, o profissional relata os negócios que há no mundo jurídico. Uma matéria sobre o novo sócio do escritório X ou uma que versa a respeito da captação de clientes na advocacia. (SILVA, 2015, p. 9-13).

Ressalto, mais uma vez, uma questão importante ponderada por Silva (2015): a expressão jornalismo jurídico abrange “questões relacionadas ao Direito e à Justiça”. Essa ressalva é de suma importância, tendo em vista que existem órgãos que funcionam em conjunto com o Judiciário, mas dele não fazem parte, como o Ministério Público, e que entram na categoria de “jornalismo jurídico” - e, ao meu ver, também à categoria de “cobertura da Justiça/do Judiciário”.

É importante ressaltar aqui que a cobertura de questões que envolvam a Justiça pode ser realizada por qualquer editoria, tendo em vista que muitas coisas são judicializadas no mundo atual. É frequente, por exemplo, vermos a coluna de Esportes fazendo matérias que englobem Justiça. Então é necessário o destaque à abrangência da cobertura da Justiça e de seu entendimento, que acaba refletindo em outras áreas do Jornalismo.

Conceito definido, é importante retornar na história e falar sobre as publicações que são consideradas pioneiras na produção do jornalismo jurídico brasileiro.

O primeiro periódico com a pretensão de se dedicar exclusivamente ao jornalismo jurídico no Brasil só surge trinta e cinco anos depois que aparece a imprensa, mais exato em 1843, com a “Gazeta dos Tribunaes”, no Rio de Janeiro” (...) Outras publicações destinadas à cobertura de questões jurídicas surgiram no Brasil, com um certo tom político. Foram a “Revista Jurídica” (1862) e “O Direito” (1873). (SILVA, 2015, p.14-15).

A busca pela compreensão do Judiciário passou a ser mais frequente na população brasileira após a ditadura militar, sendo mais frequente após o século XX, com uma maior atenção às transformações socioculturais por que passava o mundo e a comunidade onde se vivia (LAGES, M., 2012). Com isso, o jornalismo jurídico teve que evoluir e acompanhar a realidade do Judiciário.

Com o desenvolvimento da noção de cidadania após o término da ditadura militar no Brasil, e sobretudo após a Constituição de 1988, tornou-se cada vez mais comum que a população buscasse entender as instituições que sustentam o regime atual e procurasse informações sobre seus direitos legais no regime democrático consolidado. (BARREIROS, T. e ALMEIDA, 2006 apud LAGES, M., 2012). Com a internet e o advento de novas plataformas, “a partir do final da década de 1990”, o jornalismo jurídico passou por uma expansão.

A linguagem jurídica, no entanto, sempre foi elitista e um instrumento de poder utilizado pelos atores do meio. Mesmo com bandeiras dentro da classe para que as peças sejam simplificadas, a realidade é que a Justiça continua tendo uma forma própria de comunicação.

Essa tarefa de tentar decifrar a intrincada linguagem jurídica para o público em geral acabou caindo nas mãos do jornalista comum, não especializado, que passa a servir como mediador entre a linguagem jurídica e o grande público, também leigo. Assim, imbuído dos seus compromissos com a verdade e a isenção, e tendo em mãos os dados levantados a partir da apuração da pauta, o jornalista procura decodificar as informações altamente técnicas para uma linguagem inteligível pelo cidadão comum. (LAGES, M., 2012, p.178).

Com a cobertura do julgamento do Mensalão, do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, os holofotes ficaram voltados ao Judiciário, com uma intensificação de notícias que abordavam o processo. Uma pesquisa do Ibope apontou que o STF conquistou um nível de confiança 54 – em uma escala de 0 a 100 – após a cobertura do Mensalão, ficando acima do Sistema Judiciário, que alcançou o nível 47. A divulgação do que ocorria no processo se deve ao trabalho do Jornalismo, que é responsável por intermediar a linguagem jurídica para os cidadãos mais leigos.

Nesse caso, em qualquer que seja a área, o jornalista se torna um mediador entre a linguagem técnica que lhe é apresentada e o público leitor a quem ela é destinada. […] Cabe ao jornalista fazer a seleção, ordenar os fatos e explicá-los numa linguagem acessível ao leitor comum. (BARREIROS, T. e ALMEIDA, 2006, apud LAGES, M, 2012, p.176)

Ao mesmo tempo, uma outra pesquisa do Ibope de 2014 apontou que a população se incomoda com a demora na solução dos processos e com a linguagem técnica e rebuscada do Judiciário. E para se posicionar como mediador, o jornalista deve conhecer e se aprofundar no que se está comunicando, principalmente quando o objeto que se tem é uma linguagem técnica e elitista como a do Judiciário.

A partir dessa necessidade de levar os acontecimentos do Judiciário para a sociedade com um maior aprofundamento, que sites especializados surgem para cobrir a área. Na contramão do jornalismo generalista, esses meios se propõe a focar apenas na cobertura do Judiciário e, com isso, acabam tendo uma visão mais próxima do assunto.

O fato é que, paralelamente, desenvolvia-se a imprensa generalista num sistema de produção cada vez mais industrial. Essa tarefa de tentar decifrar a intrincada linguagem jurídica para o público em geral acabou caindo nas mãos do jornalista comum, não especializado, que passa a servir como mediador entre a linguagem jurídica e o grande público, também leigo. Assim, imbuído dos seus compromissos com a verdade e a isenção, e tendo em mãos os dados levantados a partir da apuração da pauta, o jornalista procura decodificar as informações altamente técnicas para uma linguagem inteligível pelo cidadão comum. (LAGES, M., 2012, p.178)

Um dos primeiros sites, e um dos principais atualmente, ao meu ver, é a revista eletrônica Consultor Jurídico[[2]](#footnote-2), conhecido como Conjur. Ele foi fundado em 1997 e tem mais de um milhão de leitores mensais atualmente. “O público da Consultor Jurídico é composto por advogados, juízes, estudantes, jornalistas, professores, integrantes do Ministério Público, empresários e público em geral”.

Outro site que atualmente se configura como um dos principais do Brasil é o Jota, que é mais recente, de 2014. Ele é fruto da união de jornalistas especializados na cobertura do Judiciário. “A partir de uma nova forma de cobrir as instituições públicas brasileiras, o JOTA fornece informações de qualidade, com análise e contexto, a um público profissional que precisa tomar decisões estratégicas constantemente com base nas movimentações dos três poderes”, define o site[[3]](#footnote-3). O site também recebe entre 500 mil e 1 milhão de leitores únicos no site mensalmente. A audiência do site, de acordo com eles, é formada de “advogados, juízes, procuradores e estudante de Direito, passando por profissionais dos mercados financeiro, da saúde ou da indústria que precisam compreender como o Estado brasileiro afeta seus negócios”. Eles definem a audiência como “altamente qualificada e diversificada”.

Entender a abrangência desses dois sites é importante para percebermos quem consome esse tipo de jornalismo e notícia, além de quais são seus reais interesses e necessidades ao consumirem as matérias. O Jota, por exemplo, define que a relevância do site “está conectada com as necessidades reais de nossos leitores e assinantes”. “Por isso, nossas escolhas editoriais são fruto de testes constantes e diálogo profundo com quem realmente precisa da informação que produzimos”. O Migalhas, portal que surge em 2000 para cobrir a Justiça, também é uma excelente opção para jornalistas.

Na cobertura de Justiça pelos grandes meios, não necessariamente especializada, existem diversos jornalistas que merecem destaque na cobertura da Justiça e no jornalismo jurídico. Alguns deles são Fausto Macedo, do Estadão; Frederico Vasconcelos, do Blog do Fred da Folha de S. Paulo; Aguirre Talento, da Infoglobo; Mônica Bergamo, colunista da Folha de S Paulo; Bela Megale, do Jornal O Globo e Revista Época; Marcelo Cosme, da GloboNews, Gioconda Brasil da Rede Globo e Andréia Sadi, da GloboNews.

2.2.2 COBERTURA DE JUSTIÇA NA BAHIA

Na Bahia, o chamado jornalismo jurídico apenas é realizado pelo site Bahia Notícias[[4]](#footnote-4). Desde novembro de 2011 o site dispõe de uma setorista jornalista para a área “Justiça”, que acompanha o dia-a-dia do Judiciário no estado e no país. Antes, estagiários de Direitos eram selecionados para a coluna.

O que ocorrem em outros veículos, que não fazem a cobertura específica do Judiciário, é a aglutinação do assunto em outras editorias. Na maioria das vezes as matérias são escritas por jornalistas de Política ou de Cidade. Alguns sites até dispõe de espaços específicos para a área, como o “JusNews” do Bocão News[[5]](#footnote-5) mas não de jornalistas específicos ou a coluna “Justiça” do Bahia.ba[[6]](#footnote-6), mas não realizam a cobertura diária da área, com atenção aos diversos Diários Oficiais, fatos de administração e bastidores da Justiça.

É importante ressaltar que além de dar pouca atenção à Justiça como um todo, a cobertura dos chamados tribunais especializados, ou seja, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Eleitoral - este último recebe maior atenção em época de eleição - são quase que negligenciados pelos veículos baianos. Por ter uma abrangência maior e, talvez, concentrar assuntos com mais valores-notícias[[7]](#footnote-7), quando há a cobertura do Judiciário na Bahia, ela geralmente se refere ao Tribunal de Justiça da Bahia e sua atuação. Ao falar de grande cobertura do Tribunal Regional de Trabalho realizado pela mídia baiana recentemente, acredito que apenas o da disputa do Hospital Espanhol na Justiça - que tem dívidas trabalhistas - e seu leilão, vale ser destacado.

Em uma rápida análise de produção das colunas dos três sites, percebemos que nos dois não especializados há uma maior quantidade de notícias nacionais (sobre o Supremo Tribunal Federal, o juiz Sérgio Moro, o juiz Marcelo Bretas, a Procuradoria-Geral da República, por exemplo), além de ter uma menor periodicidade de publicação de notícias da área, inclusive com dias em sequência sem a publicação de matérias sobre Justiça e Direito. No Bahia Notícias, as publicações além de mais frequentes, costumam ser locais e autorais, não apenas de reprodução de release. O site tem uma média de sete notas diárias da coluna, podendo variar para mais ou para menos de acordo com o ritmo do dia.

Para entender o cenário de cobertura jurídica no estado, conversamos com alguns editores de sites e de jornal impresso da capital através de e-mail. Elencamos, abaixo, as respostas de alguns editores. O questionário foi enviado para outros veículos, mas não foram respondidos. As perguntas e respostas realizadas aos editores está melhor esclarecida em “Procedimentos Metodológicos”, neste memorial. Neste capítulo, apenas falo sobre a cobertura da Justiça realizada pelos meios, sem entrar em outros pontos.

Em entrevista concedida a esta autora, a editora de Cidades do jornal impresso Correio[[8]](#footnote-8), Mariana Rios[[9]](#footnote-9), quando questionada sobre como é realizada a cobertura jurídica no veículo, admite que ela é “normalmente pautada no factual” por não ter uma editoria específica destinada a cobertura da área.

Então entramos em contato com as assessorias para matérias de polícia (sobre presos, processos que respondem ou responderam, por exemplo Mas normalmente eles têm outro ritmo. Então acabamos utilizando mais o E-saj nesses casos), para repercutir algum relatório ou estudo do CNJ e nos casos de cobertura de júris e decisões em situações de grande repercussão. (RIOS, 2018).

Em consonância com a cobertura do Correio, a do jornal impresso A Tarde também foi definida como realizada em conjunto com a produção cotidiana do veículo, não havendo, assim, uma coluna específica para a cobertura do Judiciário no jornal, ou repórter que trabalhe exclusivamente ou parcialmente com a área no veículo. O editor da editoria Salvador, Luiz Lasserre[[10]](#footnote-10), define a abrangência da cobertura de Justiça do jornal e de que forma ela é realizada.

Em A TARDE a cobertura jornalística de assuntos jurídicos ocorre no conjunto da produção geral dos conteúdos para o jornal. Há pautas diretamente ligadas ao meio jurídico, como por exemplo assuntos ligados aos tribunais (de Justiça da Bahia, Regional do Trabalho, STF etc) e assuntos gerais em que entram a atuação do Judiciário - por exemplo o caso de um crime ou de um negócio que vão parar na Justiça. Essa cobertura segue o fluxo normal da produção de informação, com produção de pautas, apuração, checagem de informação, busca por pluralidade de fontes, redação, edição e publicação. (LASSERRE, 2018)

No Bahia Notícias, único site que possui editoriia especializada no assunto, falamos com o editor-chefe, Fernando Duarte[[11]](#footnote-11), e com a setorista de Justiça há sete anos, Cláudia Cardozo[[12]](#footnote-12). Em entrevista, Fernando Duarte destacou a importância da cobertura do site para o cenário baiano.

O Bahia Notícias é o único site baiano que tenho notícia que trabalha com uma cobertura específica e setorizada para a área de Justiça, com a coluna sendo referência no mercado e também entre os chamados "operadores do Direito". Temos uma repórter especializada que, inclusive, é premiada com reportagens na área de direitos humanos, com pautas relacionadas a questões jurídicas. (DUARTE, 2018)

A jornalista Cláudia Cardozo, por sua vez, explicou de que forma é realizado a cobertura do Judiciário em sua coluna e chegou a equiparar o trabalho ao realizado no Supremo Tribunal Federal, de uma maneira nacional.

Cobrimos a sessões plenárias, visando dar maior transparência aos julgamentos realizado pelo TJ-BA. As sessões já são públicas, mas o rito do Judiciário, por vezes, não permite que o público tome conhecimento de suas decisões. Tal como diversos veículos cobrem o STF, procuramos fazer aqui na Bahia, com o TJ-BA. Pecamos por não ter fôlego e estrutura para cobrir a Justiça do Trabalho. Cobrimos o Pleno da OAB, por ter importância para uma grande parcela do público da coluna, que são os advogados. Também cobrimos eventos, seminários, que tenha alguma relevância, ou com palestrantes renomados. Procuramos cobrir pautas que interessem a sociedade, sobre temas que afetem sua vida, tal como IPTU, direitos trabalhistas e do consumidor. Por detrás desta cobertura, também ficamos atentos a política do Judiciário, ao que tramita nos bastidores, e tentar descobrir, na medida do possível, os interesses envolvidos em decisões judiciais. (CARDOZO, 2018).

No Bocão News, há a coluna JusNews, que concentra as notícias de Justiça do site. Dentre as três da Bahia, ela é a que tem mais características parecidas com a rotina de produção do Bahia Notícias, tendo como base a resposta do ex-editor Luiz Fernando Lima [[13]](#footnote-13)- que saiu do Bocão em junho deste ano, mês de finalização deste Trabalho de Conclusão de Curso. É importante destacar que há uma atenção mais específica do veículo no Tribunal de Justiça, e menos dos tribunais especializados, assim como registrado nos outros jornais - e no próprio Bahia Notícias.

O Bocão News tem uma editoria específica para cobertura do Judiciário. A Jusnews tem um repórter dedicado a ela. Na rotina produtiva há o monitoramento do diário oficial do Poder. Além de acompanhamento prévio das pautas das sessões do pleno. O acompanhamento de sites oficiais das principais cortes também é feito ordinariamente. O repórter também tem inserido na sua rotina o agendamento de entrevistas e acompanha os julgamentos de ações com impacto social e econômicos. (LIMA, 2018).

O site Bahia.ba tem a coluna “Justiça” desde o início de suas atividades. No início do ano de 2018, uma pessoa terceirizada passou a atuar especificamente com a editoria no site. É o que explica o editor Romulo Faro[[14]](#footnote-14): “Apenas há um mês temos uma pessoa com a editoria de Justiça no site. Antes o trabalho era feito de forma aleatória, por qualquer um dos repórteres”.

Após as respostas dos editores dos veículos, confirmamos a tese de apenas termos configurado jornalismo jurídico no site Bahia Notícias; a falta de atenção dos veículos a parte especializada da Justiça; além da cobertura cotidiana e aglutinação de editorias que ocorre nas redações baianas ao cobrir a área. É importante destacar o esforço do Bocão News e do Bahia.ba em despender uma coluna para a área e ter duas pessoas específicas com o compromisso de cobrir o judiciário baiano.

Para compreender a cobertura da Justiça realizada no estado, além de entender o funcionamento das redações, resolvi aplicar um questionário para jornalistas, através do Google Forms, para, dentre outros objetivos, verificar quantos deles já teve contato com a área durante sua trajetória no Jornalismo. Das 20 perguntas submetidas aos jornalistas e estudantes de Jornalismo, separo algumas aqui que auxiliam na análise do cenário de cobertura do Judiciário. As respostas do questionário estão completas em “Procedimentos Metodológicos”, neste memorial.

A pesquisa foi aplicada em um cenário de jornalistas baianos. Ela foi enviada por mim através do aplicativo WhatsApp para jornalistas mais próximos, repassada por amigos em outras plataformas, divulgadas em grupos de alguns veículos baianos e em grupos de jornalistas da Bahia. No total, foram 53 respostas, que nos dá o nosso espaço amostral.

Do total, 77,4% (41) já precisaram escrever matérias que envolviam sentenças/decisões do Tribunal de Justiça da Bahia, frente a 22,6% que nunca produziram matéria do tipo. Para tentar mensurar o grau de dificuldade dos jornalistas baianos com o entendimento do Judiciário, uma das perguntas pedia para que o profissional mensurasse a sua dificuldade ao escrever a matéria em “alto”, “médio” e “baixo”. Do total, 60,6% de 33 respostas definiram a dificuldade como “média”, 30,3% assinalaram como “alta” e 9,1% classificaram a complexidade como “baixa”. Ainda com relação à dificuldade da pessoa com a área, a mensuração agora foi do nível de compreensão da linguagem jurídica. As opções foram “incompreensível”, “quase incompreensível”, “difícil”, “de razoável entendimento” e “de fácil entendimento”. Do total de 39 pessoas que responderam, 61,5% afirmaram que é difícil, 20,5% como quase incompreensível e 17,9% como de razoável entendimento. As opções “incompreensível” e “de fácil entendimento” não foram assinaladas.

Ainda de acordo com resposta do questionário, 45,9% dos 37 jornalistas que responderam a essa pergunta já haviam cometido algum tipo de erro ao traduzir a linguagem jurídica.

A partir desses dados, verificamos que a maioria dos jornalistas baianos já tiveram que fazer matérias relacionadas à Justiça e que muitos tiveram dificuldade ao escrevê-la, inclusive com com maioria tendo dificuldade média, boa parcela classificando como alta e menos de 10% como baixa. A linguagem jurídica foi apontada pela maioria dos profissionais de imprensa baianos como difícil, seguido de incompreensível e de razoável entendimento. Essas dificuldades são refletidas no próprio resultado dos erros cometidos pelos jornalistas, que quase metade já cometeram algum tipo de erro ao traduzir a linguagem jurídica.

Com uma análise dos resultados, percebemos que os jornalistas não se sentem aptos completamente para fazer matérias especializadas em Justiça e Direito e que hoje o espaço para o jornalismo jurídico ainda é muito pequeno na mídia baiana. Vale ponderar aqui que mesmo alguns veículos não tendo características do jornalismo jurídico, especializado, acabam por vezes fazendo matérias aprofundadas sobre questões da Justiça, movidas pelo factual. Os jornais impressos, inclusive, dispõe de muito mais espaço - fora a linha editorial dos veículos - e podem aprofundar questões que já haviam sido noticiadas pelos sites, assim como ocorre com frequência no estado.

A proposta do manual “*Descomplicando o Judiciário: um manual para a cobertura do Tribunal de Justiça da Bahia”,* produzido por mim como Trabalho de Conclusão de Curso, é justamente promover uma aproximação dos jornalistas com o Judiciário através de informações sobre seu funcionamento e estrutura, além de dicas e identificação de erros comuns. O manual é feito para jornalistas explicitando dúvidas identificadas pela classe. A metodologia de construção do manual será explicitada no próximo capítulo “Procedimentos Metodológicos”.

**3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Em “procedimentos metodológicos” me dedico a falar sobre todos os processos perpassados para a construção do manual, em primeira pessoa. Divido a metodologia em definição do tema, manual, apuração e definição dos capítulos.

**3.1 DEFINIÇÃO DO TEMA**

O meu interesse pela cobertura da Justiça começou quando ingressei no Bahia Notícias em setembro de 2016, no quarto semestre, para cobrir as colunas de Saúde e Justiça do site. No início, encontrei muita dificuldade para entender o rito do judiciário e para ler as decisões, que sempre são escritas com a linguagem rebuscada e técnica do Judiciário.

Com o auxílio da jornalista Cláudia Cardozo, colunista de Justiça que atua na área há sete anos, passei a compreender e me interessar pela cobertura do Judiciário local e nacional. Durante o trabalho na coluna de Justiça, fui responsável pela cobertura das sessões semanais do Supremo Tribunal Federal e, por isso, tive que compreender o rito da Suprema Corte para realizar a cobertura jornalística e passar as decisões do STF de forma mais clara e correta para o público do site. Se não fosse pelo auxílio da jornalista de Justiça do Bahia Notícias, Cláudia Cardozo, teria ainda mais dificuldade para cobrir essa área especializada e, com o tempo, acabei por diversas vezes auxiliando meus colegas de redação, dentre estagiários, repórteres e até mesmo editores a lerem as sentenças do Judiciário.

A definição de que o meu Trabalho de Conclusão de Curso seria voltado para o Judiciário foi concretizada na disciplina “COM 116 - Elaboração de Projeto e Comunicação” nesta faculdade, com orientação da professora Maria Carmem. Até a definição de que seria um manual para jornalistas sobre como cobrir o Tribunal de Justiça da Bahia, outras ideias foram descartadas.

Inicialmente pensei em escrever uma monografia sobre o assunto, para identificar os obstáculos enfrentados pelas redações na tentativa de compreender o jornalismo jurídico. A minha inquietação, no entanto, era para desenvolver um produto que auxiliasse os jornalistas, e não apenas apontasse onde as dificuldades estavam. Com isso, pensei na construção de um manual voltado para jornalistas sobre o funcionamento do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a importância da Corte, principalmente agora após a Operação Lava Jato, em que diversos políticos baianos têm inquéritos tramitando na Corte. Esse foi o anteprojeto entregue para a conclusão da disciplina, mas a ideia de regionalização do manual foi discutido com a professora e, posteriormente, definida com o meu orientador.

O enfoque no TJ-BA, além da questão geográfica, busca suprir um *gap* do jornalismo local, que ainda enfrenta dificuldades para entender o funcionamento do Judiciário. Por entender a dimensão da questão, o manual não se atém apenas ao funcionamento do Tribunal de Justiça da Bahia. Ele se dedica, também, ao funcionamento e estrutura do Judiciário como um todo, tanto por acreditar que o conhecimento seja importante, como na necessidade de compreensão ampla para entender o papel do Tribunal de Justiça da Bahia dentro do sistema do Judiciário.

É importante destacar que esse é um manual introdutório ao assunto, com o objetivo de dar ferramentas suficientes para que o jornalista consiga apurar melhor as questões ligadas ao judiciário no estado. Não busquei, portanto, fazer algo que fosse capaz de abranger todas as dúvidas existentes de jornalistas - e não acredito que isso seria possível em um produto.

**3.2 FORMATO DE MANUAL**

A escolha pelo formato teve a influência de outros manuais produzidos pelos próprios órgãos para os jornalistas, como o que o Ministério Público da Bahia (MP-BA) produziu. Assim que entrei na coluna de Justiça, recebi manuais que buscavam explicar o funcionamento de alguns órgãos. É importante ressaltar que eles são feitos pela entidade para o jornalista e só tratam sobre um órgão, não o posicionando dentro da estrutura do Judiciário.

Não foi encontrado por mim material que ensinasse como fazer um manual, assim como existe para livro-reportagem, documentário, livro, ensaio fotográfico e outros produtos. Para entender o formato e produzir o meu próprio manual, procurei diversos modelos na internet de manuais feitos para jornalistas para, assim, definir a estrutura, diagramação, linguagem, dentre outros detalhes.

Um dos primeiros modelos foi o “*Minimanual de Jornalismo Humanizado*” do Think Olga[[15]](#footnote-15), que é dividido em seis partes. Ele foi mostrado a mim pelo meu orientador como um bom modelo. O design *clean* e didático me atraiu bastante, mas ele não me auxiliava muito no formato por ainda se distanciar sobre o assunto. A inspiração principal dele foi a diagramação, que pode ser relacionada a diagramação do meu manual em alguns aspectos.

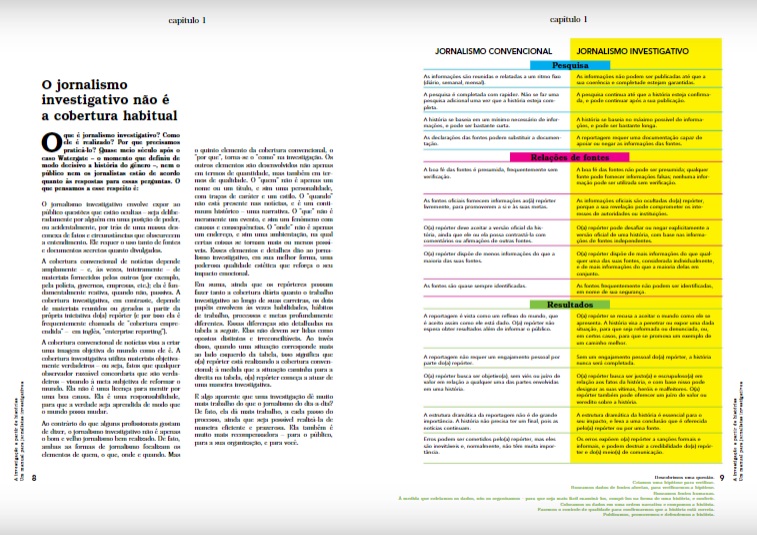


Imagem 01: Diagramação minimalista da Parte I do Minimanual de Jornalismo Humanizado.

O *“Guia sobre drogas para jornalistas”[[16]](#footnote-16)*, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, é um dos meus favoritos no quesito diagramação e design. Tem um aspecto de contemporâneo e moderno, dando vontade de ler o manual. Não gostei, no entanto, no formato de explicação a partir do glossário. Não acredito que funcionaria com o meu produto.

  
 Imagem 02: Guia sobre drogas para jornalistas traz maior dinâmica para explicações.

A profundidade do manual *“A Investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos”*[[17]](#footnote-17) da Unesco me agradou bastante. A diagramação, que não utiliza tantas colunas e dá espaço para mais conteúdo em apenas uma página, nem tanto, mas as intervenções com dicas, por exemplo, me inspirou a fazer a mesma coisa no meu, tendo em vista que o assunto é denso e técnico e, ao meu ver, intervenções pontuais eram necessárias para quebrar o ritmo.

  
 Imagem 03: Manual sobre jornalismo investigativo é mais aprofundado.

O *“Guia do Judiciário para a Imprensa”[[18]](#footnote-18)* do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso, que apresenta o Judiciário brevemente, fala sobre a Justiça do Trabalho, dúvidas frequentes e glossário, também foi utilizado por mim como modelo pela aproximação do tema. Acredito que o espaço para as dúvidas foi maior do que para outros tópicos que poderiam ser melhores aproveitados. Mas a estruturação auxiliou na estruturação do meu manual.

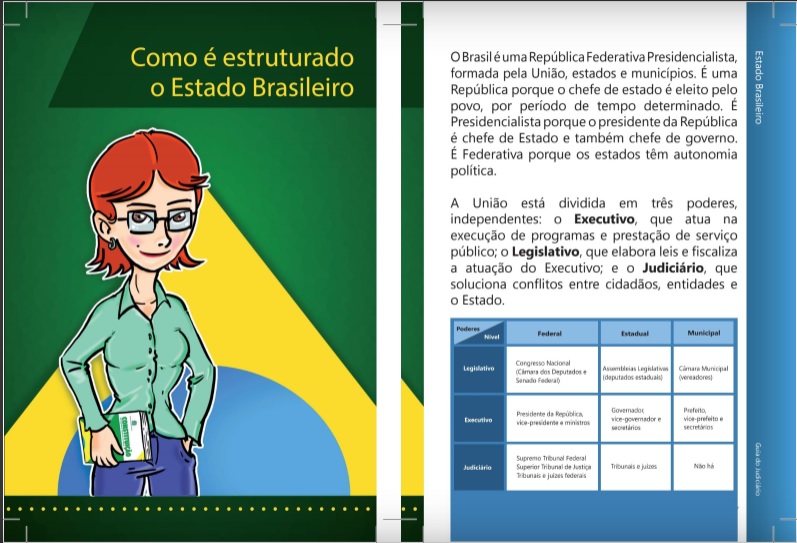


Imagem 04: Manual sobre Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais é mais geral.

Após ver esses e outros modelos, decidi fazer um manual que aprofundasse o assunto a um nível que situasse o jornalista no funcionamento do Judiciário, que tirasse as dúvidas principais e trouxesse curiosidades sobre o assunto. A presença de um glossário, ao meu ver, foi essencial, tendo em vista que uma das maiores dificuldades dos jornalistas é com a linguagem jurídica e seus termos técnicos. Ensinar como achar processos e ler decisões também foi importante, tendo em vista a dificuldade - e quase completo desconhecimento - dos jornalistas sobre como achar e ler decisões da Justiça.

O manual “*O judiciário ao alcance de todos: noções básicas de juridiquês*”[[19]](#footnote-19) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) foi o melhor da área que encontrei disponível. Ele busca explicar de forma mais didática o funcionamento do Judiciário brasileiro. Ele me inspirou com relação a conteúdo, com explicações bem feitas, além da disposição dos capítulos.



Imagem 05: Manual feito pela Associação dos Magistrados Brasileiros é o mais completo.

**3.3 PROCESSO DE APURAÇÃO**

3.3.1 QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

3.3.1.1 JORNALISTAS E ESTUDANTES DE JORNALISMO

No início da produção do manual, meu maior anseio era compreender as dificuldades dos jornalistas e estudantes de Jornalismo baianos ao cobrir o Judiciário. Por isso, iniciei o processo de apuração do manual com a produção de um questionário online para coletar informações sobre as dúvidas de jornalistas e estudantes de jornalismo sobre o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) e sobre o funcionamento da Justiça, como um todo.

O formulário foi aplicado em duas versões. A primeira, com perguntas criadas por mim, e uma segunda, com 20 questões, adicionando perguntas encontradas na monografia de Maria Filomena da Paixão: *“Ruídos na tradução da linguagem jurídica para a linguagem jornalística: o papel da imprensa na concretização da democracia, dos direitos fundamentais e do acesso à Justiça”*, realizada em 2010. No total, foram colhidas 53 respostas. O questionário foi divulgado para jornalistas que eu já conhecia, divulgada em grupos dos veículos e em grupo de jornalistas e de veículos da Bahia.

Como resultado, foi colhido que 77,4% (41) do total, já precisou escrever matérias que envolviam sentenças/decisões do TJ-BA. Enquanto 22,6% (12), nunca teve que produzir esse tipo de notícia. As dificuldades elencadas pelos jornalistas e estudantes - em uma questão aberta (a pessoa poderia responder o que quisesse) - foram: “compreender o "juridiquês" e, às vezes, ter acesso aos processos”; “entender a linguagem”; “saber o que tenho direito a ver”; termos técnicos; “entender os trâmites pelo qual o processo deve passar”; “definir qual informação seria relevante para a pauta e onde encontrá-la”; “entender as funções de cada membro do TJ” e “tempo da assessoria para respostas e esclarecimento de dúvidas”.

A resposta à pergunta “Qual foi a sua maior dificuldade ao fazer matérias relacionadas ao TJ-BA?” também foi aberta e opcional, por isso, recebemos 38 respostas. Em algumas das situações, a pessoa elencou mais de uma dificuldade. As encontradas com mais frequência foram, respectivamente, termos/linguagem utilizada pelos juristas, aparecendo 19 vezes; acesso a processos, expressada por 9 pessoas; saber o trâmite do processo, com quatro respostas; acesso a sentenças completas, com 2 pessoas e saber quais informações são disponíveis, tempo de espera da assessoria e acesso à fontes ficaram empatadas com 1 resposta cada. Uma pessoa respondeu que não teve dificuldades na cobertura jurídica.

A terceira questão questionava a pessoa que teve dificuldade, qual foi o grau encontrado. Ela também era opcional, mas de marcar. As opções eram: alto, médio e baixo. 60,6% (20) do total de 33 respostas definiram a dificuldade como “média”, 30,3% (10) assinalaram como “alta” e 9,1% (3) classificaram a complexidade como “baixa”.

A quarta pergunta questionava como a pessoa classificava a linguagem jurídica, em nível de compreensão. As opções eram: incompreensível, quase incompreensível, difícil, de razoável entendimento e de fácil entendimento. 61,5% (24) das 39 pessoas que responderam a questão definiram como “difícil”. 20,5% (8) classificou a linguagem jurídica como “quase incompreensível” e 17,9% (7) como “de razoável entendimento”. As opções “incompreensível” e “de fácil entendimento” não foram assinaladas.

Para entender melhor as dificuldades dos jornalistas, questionei “O que é mais difícil na linguagem jurídica?”. Do total de 39 perguntas, 76,% (30) assinalaram que a dificuldade maior é com os termos técnicos e 23,1% marcou que o maior empecilho é com a linguagem rebuscada. Quando questionados se a pessoa precisou recorrer a especialistas/assessores para entender uma decisão judicial, 60,5% (23) das 38 pessoas que responderam assinalaram que “às vezes”, 26,3% (10) afirmou que recorre “com muita frequência” e 13,2% (5) sempre procura um especialista ou assessor do TJ-BA antes de escrever notícias.

Do total dos 37 jornalistas e estudantes que responderam ao questionário, 54,1% (20) nunca cometeu erro ao traduzir a linguagem jurídica para a coloquial. Isso significa, no entanto, que 45,9% (17) pessoas já erraram em notícias.

Os termos jurídicos confundem até mesmo na hora de encontrar sinônimos, para traduzir para a população alguma sentença: 78,4% (29) de 37 pessoas assinalaram ter dificuldade em encontrar sinônimos que traduzam fielmente termos jurídicos. Já 21,6% (8) afirmaram não ter problemas com essa tradução. Desse total, também, apenas 10,8% (4) tiveram problemas com fontes por conta de uma tradução equivocada. Para os jornalistas baianos, a falta de conhecimento da linguagem é o que faz o jornalista errar na tradução da linguagem jurídica - do total de 36 respostas, 61,1% assinalou essa opção, enquanto 38,9% (14) acredita que o maior problema é o alto grau de tecnicidade.

Perguntas mais específica também foram respondidas pelos jornalistas e estudantes de Jornalismo. Todas as 53 pessoas responderam à questão “você sabe o que é primeira, segunda e terceira instância?” Do total, 50,9% (27) não sabiam o que é e 49,1% (26) sabiam. A questão “Você sabe qual é o caminho de uma ação na Justiça?” também foi respondida pelas 53 pessoas. Do total, 77,4% (41), afirmaram não saber as etapas pelas quais os processos precisam passar. Já 22,6% (12) assinalaram que sabiam.

Quase todas as pessoas não receberam qualquer tipo de orientação sobre a cobertura jurídica na faculdade: 94,3% (50) das 53 pessoas que responderam sequer mantiveram contato com o tema durante a graduação. Já 5,7% (3) tiveram alguma orientação sobre. No estágio, a questão já melhora: 17% (9) já recebeu orientação sobre a cobertura do Judiciário nos estágios, enquanto 83% (44) sequer foi norteado nesta questão.

Das 21 pessoas que responderam se já viram erros da cobertura jurídica em outros veículos, 14 responderam que sim e 7 que não. Os erros mais frequentes destacados pelos jornalistas e estudantes foram: “Ministerio(s) Público(s) condenou/decidiu/determinou”, que apareceu 6 vezes entre as 24 respostas; “confundir papéis dos órgãos” e “verbo utilizado errado” empataram na segunda colocação com 2 aparições e falta de explicação mais aprofundada, tempo da pena errada, utilizar do termo “acusado” para falar de alguém que supostamente cometeu algum crime mas ainda não foi denunciado pelo Ministério Público e caminho dos processos tiveram uma aparição cada.

E, por último, sobre dúvidas específicas de cada pessoa, 7 afirmaram não ter dúvidas ou não saber de absolutamente nada. As questões mais frequentes são relacionadas ao funcionamento e aos trâmites internos da Justiça: “Como decidem quem cuida de cada processo, quais os parâmetros para estabelecer cada decisão, quais os trâmites internos”; “qual a linha de submissão de um processo”; “como funciona a relação do TJ-BA com os órgãos da justiça federal, especialmente em casos que caminham para serem federalizados”; “tudo”; “o critério para um juiz escolher uma ação para julgar em detrimento de outra”; “o funcionamento da corte”; “o funcionamento: onde começa, quem passa pra quem julgar”; “todo o caminho processual”; “critérios para sorteios de distribuição de processo, o tempo que um juiz ou desembargador tem pra apreciar um processo”; “ausência de dados abertos conforme a Lei de Acesso à Informação”; “o caminho de uma ação na Justiça” e “caminho da ação na Justiça”.

3.3.1.2 COBERTURA NOS VEÍCULOS

Um questionário específico para editores foi desenvolvido por mim, com edição do meu orientador, com o objetivo de colher detalhes sobre a cobertura jurídica nos veículos baianos. Acabei que me ative mais a jornal impresso e sites. Falei com Fernando Duarte, do Bahia Notícias; Luiz Fernando, do Bocão News; Rômulo Faro, do Bahia.ba nos sites e no impresso, com Mariana Rios, do jornal Correio e Luiz Lasserre, do A Tarde. Não posso deixar de mencionar que a minha observação sobre a produção de notícias do Correio e do Bahia Notícias será mais específica e detalhada, tendo em vista que estagiei em ambos os veículos e tive acesso à estruturação interna das equipes.

Seis perguntas foram realizadas aos editores. São elas: “Como é a cobertura jurídica no seu meio de comunicação?”; “Você orienta seus repórteres nesta cobertura? Que tipo de orientação você mais faz?”; “Quais são os erros mais comuns dos repórteres neste sentido?”; “Quais são as maiores dificuldades que você percebe para a cobertura jornalística da Justiça?”; “Acha que falta uma interlocução maior com o próprio TJ-BA no sentido de facilitar essa cobertura?” e “Há alguma iniciativa do jornal em auxiliar as pessoas na cobertura dessa área, com *workshops*, seminários? Se sim, quais ações foram feitas?”.

Foi observado que, apesar dos sites terem, em tese, uma pessoa para a cobertura da justiça, ela não fica especificamente com Justiça, tendo que realizar coberturas de outras áreas; ou não fazia parte da equipe do site. O único veículo que dispõe de um jornalista exclusivamente para a cobertura do Judiciário é o Bahia Notícias, que tem uma coluna para o assunto.

Em ambos jornais impressos (Correio e A Tarde), a cobertura jurídica é realizada “no conjunto da produção geral dos conteúdos para o jornal”. Ou seja, não existe uma subdivisão específica para a cobertura do Judiciário. O que acontece, no Correio, é que a coluna Satélite - específica para publicações sobre política - costuma noticiar assuntos da Justiça que permeiam o Judiciário ou sobre salários de magistrados e eleições do TJ-BA, por exemplo - espaço que não existe no A Tarde.

O Bocão News dispõe de uma pessoa para Justiça, mas que não publica conteúdos exclusivos deste tema no dia-a-dia. O repórter é graduando em Direito e acaba ficando incumbido de atualizar o site com as notícias jurídicas. No Bahia.ba, há uma pessoa de fora da redação que cobre a área.

Em resposta ao questionário, o Correio afirmou que a cobertura jurídica do veículo é “pautado no factual”. Foram citadas a realização de matérias de polícia em que o E-saj é utilizado, repercussão de relatórios ou estudos do CNJ e cobertura de júris e decisões em situações de grande repercussão. Com relação à orientação dos repórteres, o Correio respondeu que o editor ajusta as perguntas com os jornalistas e faz uma análise conjunta sobre outros órgãos que podem ser ouvidos para repercutir as respostas, além de mostrar o E-saj e o Diário da Justiça. A dificuldade maior percebida pela editora são as expressões jurídicas e a hierarquia dos órgãos da Justiça, além de primeira, segunda e terceira instância, fluxo do processo, funcionamento e acesso a fontes. Para melhorar a interlocução com o tribunal, a necessidade de otimização das demandas dos jornalistas foi pontuada.

O Bocão News define uma editoria para a cobertura do Judiciário, o Jusnews. De acordo com o editor, a rotina da coluna é monitorar o diário oficial, as pautas das sessões do pleno, sites oficiais das cortes e agendamento de entrevistas e acompanhamento de julgamentos de ações com impacto social e econômicos. A orientação ao repórter no veículo “não foge ao regramento convencional”, que é definido como ouvir os lados envolvidos, acompanhar os casos e escrever a matéria com linguagem mais acessível. A necessidade de criação de mecanismos para facilitar o acesso à informação também é posto como uma dificuldade. Os erros no site estão relacionados à tramitação dos processos e linguagem jurídica. A falta de relação externa com a imprensa é exposta nas respostas ao questionário. Na visão do editor do Bocão News, os assessores enfrentam uma dificuldade interna porque presidente e membros do Judiciário “não se predispõem a construir relações externas com a imprensa”. Com relação ao auxílio do veículo com a cobertura, o repórter setorista é estudante de direito, o que facilita o trabalho.

O jornal A Tarde também insere a cobertura jurídica no cotidiano da redação. De acordo com o editor de cidade, Lasserre, existem pautas diretamente ligadas ao meio, como assuntos do TJ, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e do Supremo Tribunal Federal (STF) e cobertura também de assuntos em que o Judiciário atua, como crimes e ações judiciais civis. “Essa cobertura segue o fluxo normal da produção de informação, com produção de pautas, apuração, checagem de informação, busca por pluralidade de fontes, redação, edição e publicação”. Há a orientação, no veículo, pela procura de especialistas de Direito durante a apuração para uma matéria. O desconhecimento dos jornalistas sobre a legislação e lentidão da assessoria do Judiciário foram pontos abordados como dificuldades encontradas para a cobertura da área.

No Bahia.ba, em fevereiro de 2018, um colunista de Justiça foi contratado para a cobertura da área. Antes disso, o conteúdo era disperso entre o quadro dos jornalistas. As orientações aos repórteres são feitas de forma genérica: checar informações e ouvir os dois lados. A maior dificuldade percebida no veículo é de acesso à fontes do Judiciário, que foi definida como “de difícil acesso”. Uma falta de interlocução com o TJ-BA também foi descrita pelo editor do site.

O Bahia Notícias, que dispõe de uma repórter setorizada desde novembro de 2011, acredita ser referência em cobertura da área, tanto no jornalismo como entre os operadores do Direito. A repórter especializada, Cláudia Cardozo, possui, por exemplo, prêmios para reportagens relacionadas à questões jurídicas. Como a repórter já trabalha na área há um tempo considerável, a orientação prioritária é feita a novos repórteres que venham a ter contato com a coluna. Há uma preocupação, no entanto, com excessos de juridiquês e com a coesão entre a linguagem jurídica e a jornalística durante o trabalho de orientação e edição. O erro mais comum, no entanto, fica exatamente nessa área.

“Os erros mais comuns são as tentativas de aproximar a linguagem jurídica para os leitores. Como os termos técnicos por vezes podem tornar o texto confuso, os repórteres tendem a simplificar, o que acaba provocando alguns erros básicos, que não comprometem o entendimento, mas que possuem influência no "juridiquês" típico daqueles que atuam na área do Direito”. (DUARTE, 2018).

O acesso à fontes e informações também é citada pelo editor como uma dificuldade na cobertura do TJ-BA.

3.3.1.3 VISÃO EXTERNA

Senti a necessidade de falar sobre os erros do Judiciário com algum operador do Direito. No caminho, encontrei o professor Rodrigo Andres Jopia Salazar, que é professor auxiliar da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), além de especialista em Teoria do Processo, em Direito Processual e Mestrando em Direito Público.

Em seu Facebook, Rodrigo costuma criticar a cobertura do Judiciário nacional seja em jornais ou a própria retratação de seu funcionamento em novelas, por exemplo. Em entrevista, ele afirmou que os erros mais frequentes visto por ele tem relação com as definições de conceitos técnicos “Não há apuro técnico na referência aos mecanismos formais de um processo”. A confusão entre recurso e ações é citada como exemplo. O caso “Kátia Vargas” é citado pelo professor como “emblemático”. De acordo com ele, por falta de apuro técnico, as notícias do processo e da atuação da Justiça acabaram deturpando o caso. “A visão que se passa em processos dessa natureza é um exemplo de percepção do Direito como reprodução da ‘lei’. Não se leva em conta que o texto legal precisa ser interpretado e que essa função não é simples. A falta dessa percepção (necessidade de interpretação) leva a que o senso comum construa a imagem de ‘um judiciário que solta bandidos que são presos pela polícia’”. A saída para os erros da cobertura jurídica seria, na visão do professor, uma maior qualificação por parte dos jornalistas, com a inclusão de uma disciplina sobre o domínio de termos jurídicos e estudo da metodologia do Direito. O professor indicou a leitura de livros de “Introdução ao Estudo de Direito” e a leitura da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia para a realização do manual.

3.3.1.4 VISÃO INTERNA

A necessidade de entender o funcionamento da assessoria do Tribunal de Justiça da Bahia e das demandas que ingressam das redações me fez procurar os membros internos da assessoria, que trabalham especificamente com respostas à imprensa. Durante a conversa, foi exposto que a nova gestão do Tribunal de Justiça, que tomou posse no início deste ano, já estava com a ideia de produzir um manual voltado para jornalistas sobre o funcionamento do TJ-BA. Nesse sentido, eles demonstraram estar dispostos a ajudar nos processos necessários para a conclusão do manual.

O questionário com os assessores foi acordado com a assessoria, que solicitou permissão para o presidente do Tribunal. Foi através das perguntas que descobri a necessidade de protocolos específicos para que as demandas da imprensa possam ser atendidas - e que foi elucidado em uma parte do manual.

A dificuldade de repórteres com acesso ao sistema de consulta de processos também foi constatada, empecilho que também é realidade dos próprios membros da assessoria da Corte. Além disso, outros resultados da pesquisa aplicadas com jornalistas e estudantes também bateram com o observado pelos membros da assessoria, como a dificuldade com os termos jurídicos e a diferença entre o tempo da assessoria e dos juízes e desembargadores e o tempo dos jornais.

A problemática com a tradução de termos para sinônimos nem sempre compatíveis, que já havia sido levantado pela pesquisa, também reapareceu nas respostas aos meus questionamentos. A demanda por traduções de movimentações processuais são as que mais chegam ao Tribunal, de acordo com a assessoria. O jornalista muitas vezes tem acesso ao E-saj, vê o andamento e questiona ao TJ o que aquilo significa dentro do processo. Para responder ao jornalista, a assessoria tem que entrar em contato com o local em que o movimento foi feito para entender o contexto e só assim passar a informação para o jornalista. Como solução para os problemas com termos jurídicos, foi indicado por um dos membros da assessoria a utilização do [glossário](http://www.stf.jus.br/portal/glossario/) do Supremo Tribunal Federal, disponível no site[[20]](#footnote-20) da corte.

Outro ponto importante suscitado nas conversas, foram às vezes em que o TJ é procurado, mas quem poderia ajudar com a questão seria outro órgão (como o MP, em casos de ação civil pública, advogado particular ou defensoria etc). A procura pelas partes para elucidação de questões também pode ser feito pelo jornalista, o que acaba muitas vezes fazendo com que a apuração do fato seja ainda mais aprofundado. O pedido errado de demandas do Tribunal do Trabalho ou do Ministério Público também é recorrente no TJ-BA. O conhecimento mínimo do funcionamento da Justiça, proposta que tento elucidar neste manual, poderá facilitar o trabalho do jornalista e da própria assessoria.

O caminho dos processos na Justiça também costuma ser uma dúvida dos jornalistas e surge como demanda para o Tribunal frequentemente. Pedido de levantamento de quantidade de processos em determinada área - como feminicídios, número de pessoas utilizando tornozeleira eletrônica do estado, homicídios dolosos, culposos etc - também são frequentemente solicitados à assessoria. Atualmente há uma dificuldade para atender a essa demanda por conta da mudança de sistema interno.

Além dos atuais assessores, busquei entrevistar também o ex-assessor do Tribunal de Justiça, Flávio Novaes, que ficou à frente da comunicação do TJ-BA durante quatro anos, até o fim de 2017. A falta de uma disciplina voltada para o funcionamento do Direito e noções básicas da Constituição Federal nas universidades também foi lembrada por Flávio na entrevista. Como resultado disso, segundo ele, a falta de conhecimento sobre as competências de cada órgão, da organização administrativa e nomenclaturas é presente. Em alguns casos, ele conta, atrapalham o TJ até mesmo com a Secretaria de Justiça do Estado da Bahia.

As maiores dificuldades identificadas por ele no tempo em que ficou à frente da comunicação,poderiam ter sido resolvidas com as instituições que fazem pedidos nos processos - como Ministério Público e Defensoria Pública, por exemplo. As demandas costumam ser de confirmação de notícias veiculadas pelos dois órgãos, mas não constam informações básicas como número do processo, vara e nome das partes.

Em uma avaliação sobre a cobertura jornalística da Justiça na Bahia, Flávio destacou que apenas um veículo possui profissional setorista com conhecimento sobre o funcionamento das instituições, cultivo de fontes e acompanhamento diário - o Bahia Notícias - faltando um maior aprofundamento sobre o assunto em outros veículos. A falta de iniciativas para aproximar jornalistas de magistrados também foi pontuada por Flávio como uma questão que influencia na dificuldade dos jornalistas na cobertura. O próprio poder Judiciário tem a culpa que não promove cursos, palestras, oficinas etc, mas o ex-assessor também cita a falta de iniciativa das empresas de comunicação, que não investem nos profissionais.

Internamente, a falta de pessoal na assessoria é elencada por Flávio. “São 604 magistrados na Bahia, distribuídos em 201 comarcas, com competências múltiplas e temas complexos, que vão desde a um julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade a uma audiência de custódia em que é aplicada o disposto na Lei Maria da Penha. Diariamente. Diante disso, até fevereiro de 2018, a Assessoria de Comunicação do TJBA contava com 4 (quatro) jornalistas, número inferior a muitas secretarias do Executivo”. Ele diz que na Bahia, a relação entre o número de magistrados e jornalistas é inferior à de outros estados, apesar de reconhecer que há esse déficit em outras assessorias de tribunais.

Como exemplo prático de quando a cobertura jornalística prejudicou algum desembargador, Flávio citou as matérias realizadas por veículos baianos sobre os afastamentos dos desembargadores Mário Alberto Hirs e Telma Britto. Eles foram acusados de movimentação irregular de R$ 448 milhões em valores de precatórios, que são dívidas de decisões judiciais. O afastamento dos magistrados ocorreu em 2013, eles retornaram ao TJ em 2014 e foram absolvidos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2017. O assunto é tratado no manual como exemplo prático.

3.3.2 DOCUMENTOS INTERNOS

A necessidade de explicação detalhada sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e seus órgãos me fez procurar documentos que pudessem embasar a busca. O primeiro que achei foi o Regimento Interno do TJ-BA, que dispõe exatamente sobre o funcionamento, divisão, responsabilidade de cada órgão etc. Foi através dele que escrevi com mais detalhes acerca de trâmites internos da corte estadual.

A Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia foi indicada pelo professor Rodrigo Salazar, supracitado, que especifica e detalha o funcionamento de todo o sistema Judiciário no estado. Também li a Constituição Federal, que regulamenta o funcionamento do Judiciário como um todo. Os três documentos embasaram a produção da primeira parte do manual, em que faço uma explicação do funcionamento e estrutura do Judiciário brasileiro e foram essenciais para a produção do manual, tendo em vista o aspecto informativo que busco trazer com o produto. Eles foram de suma importância para a parte introdutória do manual, sobre o funcionamento da Justiça.

**3.4 DEFINIÇÃO DE CAPÍTULOS**

A partir dos questionários e com um “diagnóstico”[[21]](#footnote-21) das dificuldades dos jornalistas baianos definido, além de toda a apuração feita para o embasamento teórico, passei a definir - e posteriormente escrever - os capítulos do manual. Uma introdução ao Judiciário foi considerada imprescindível para que uma ambientação na estrutura da Justiça fosse feita.

A organização do Judiciário e do Tribunal de Justiça da Bahia são abordadas no primeiro capítulo, que também traz dicas e perguntas e respostas, esclarecendo assuntos que são dúvidas frequentes dos jornalistas.

O manual tem uma parte específica para erros comuns, com casos pontuais e outras questões que são importantes, como os papéis dos órgãos. Casos de cobertura do jornalismo local - da oftalmologista Kátia Vargas e dos desembargadores Mário Hirs e Telma Britto - também são pontuados no memorial.

A terceira parte, ao meu ver, é a que mais diretamente abrange o tema do TCC. Ela é a responsável por dar dicas práticas de cobertura ao jornalista, com informações sobre onde encontrar os processos, como ler a decisão, glossário de termos técnicos, dentre outras questões que auxiliam o jornalista no dia-a-dia da redação.

**3.5 FORMATO FINAL E PROJETO GRÁFICO**

Por considerar que o projeto gráfico do manual era parte essencial do produto, e sabendo que não tenho habilidades com design e diagramação, recorri à colaboração externa para a parte gráfica. A ex-estudante da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Michelle Vivas, realizou o projeto a partir de orientações dadas por mim.

Através dos manuais supracitados, que utilizei como guias de formato, estabeleci que queria um visual simples com diagramação de coluna e a cor azul. As orientações de disposição e destaque das dicas, por exemplo, foram sinalizadas no envio do texto.

O papel da diagramação, ao meu ver, é dinamizar a leitura do manual e torná-lo mais atraente. Dessa forma, a formatação de uma seção por página, com colunas, torna a leitura mais agradável, além de ser mais fácil para aqueles leitores que quiserem ler seções específicas.

Com relação à cor, quis escolher uma que remetesse ao Tribunal - que tem como cores oficiais azul e vermelho -, optei por excluir o vermelho puramente por uma questão estética, e para não dar a entender que o manual é institucional.

A escolha do fundo branco para diagramação também foi estética e para dar mais conforto ao leitor na leitura do produto.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando pensava no anteprojeto para a construção deste manual, não dimensionava o tamanho da complexidade que seria a produção de algo que fale sobre outra área, que não a do Jornalismo. Querendo ou não, me foi exigido muito de conhecimento de Direito para a produção deste produto. Algumas das questões já eram de meu conhecimento, pelos aprendizados que obtive durante o período em que trabalhei diretamente com isso, mas outras não. Para enfrentar essa barreira, descobri leis e documentos que regulamentam a área, fui atrás de livros teóricos de iniciação ao Direito e conversei com pessoas que pudessem me ajudar com dúvidas.

O mundo do Direito é muito complexo. Ao meu ver, o ideal seria a produção de um manual para abordar cada área de atuação - tributário, penal, constitucional, civil, da família, entre outros -, mas a produção teria que ser mais técnica e aprofundada, o que, ao meu ver, não daria tempo para ser realizado durante a produção do TCC. Além de que identifico que a questão maior, no momento, é a falta de conhecimento básica do Judiciário, então considero que um manual mais introdutório e de apresentação da área seja mais urgente.

Acredito que o maior desafio tenha sido o recorte do manual e a própria questão técnica, já supracitada. No entanto, ao longo do percurso, outros foram identificados, como saber as reais dúvidas dos jornalistas e questões internas que não era conhecida nem mesmo pela assessoria, por exemplo. Tive que ir ao Tribunal conversar com técnicos de informática, por exemplo, que explicaram a funcionalidade dos sistemas de consulta processual e os limites dos jornalistas ao pesquisar neles.

Para solucionar o problema de identificação das dúvidas dos jornalista, realizei a pesquisa. No total, foram colhidas 53 respostas no questionário, o que ao meu ver é um número pequeno, acredito que o ideal teria sido distribuir questionários impressos nas redações, o que não tive tempo hábil para realizar. O número de respostas, no entanto, foi amenizado pelo meu orientador. De qualquer sorte, as respostas que colhi foram bastantes enriquecedoras nesse processo de produção do manual, o que me ajudou a definir o conteúdo que deveria estar no produto.

A apuração foi a etapa mais demorada. Encontrar teses, artigos, que falassem sobre o tema foi a primeira barreira encontrada: não há muita bibliografia sobre o assunto, mas o que tem foi suficiente - na minha avaliação - para a produção do manual e do memorial. A falta de aprofundamento nesta área me incitou, inclusive, à possibilidade de realizar um mestrado sobre o jornalismo jurídico futuramente. Outro ponto que deve ser tocado é a falta de manual sobre como produzir um manual. Não encontrei teoria sobre isso - como deve ser estruturado, o que não pode faltar, opções. E, como dito na seção “Procedimentos Metodológicos”, construí o meu com base no que vi de outros manuais voltados para jornalistas, desde estrutura até diagramação.

A opção por um produto se deu única e exclusivamente pelo meu objetivo de não apenas apontar o problema, mas de também ajudar a solucioná-lo. Com isso, espero que o meu objetivo de auxiliar as redações e os jornalistas possa ser alcançado através desse manual. A recepção dele - quando contava sobre o que estava produzindo para o TCC - me agradou bastante, ao menos quando falei com pessoas mais próximas. Acredito que a necessidade de um produto como esse, voltado para a imprensa baiana, é quase que inquestionável.

De qualquer forma, me diverti - no meio das crises - escrevendo o manual e aprendendo um pouco mais sobre a área. Buscar novos conhecimentos e poder transmiti-los para auxiliar na realização de um jornalismo melhor, foi o que me moveu para a produção deste produto.

**5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, Rayane. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 13 mar. 2018

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **O judiciário ao alcance de todos**: noções básicas de juridiquês. Brasília, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL. **Campanha pela simplificação da linguagem jurídica**. 2007.

CARDOZO, Cláudia. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 26 fev. 2018.

DUARTE, Fernando. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 19 fev. 2018.

FARO, Rômulo. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 16 mar. 2018.

GALINDO, Ericka. **O Jornalismo e o Judiciário Um olhar sobre a cobertura do julgamento da denúncia do “mensalão” no Supremo Tribunal Federal**. Recife, 2009.

HUNTER, Mark Lee, et al. **A investigação a partir de histórias**: Um manual para jornalistas investigativos. 2013.

IBCCRIM-PPD-Catalize-SSRC. **Guia sobre Drogas para Jornalistas**. 2017.

LAGES, Margarida. **Os desafios da linguagem jurídica para uma comunicação eficiente**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev\_85/margarida\_lages.pdf> Acesso em: ago. 2017.

LASSERRE, Luiz Carlos. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 17 mar. 2018.

LIMA, Luiz Fernando. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 19 mar. 2018.

LOPES, Mônica Sette. Juristas e jornalistas: impressões e julgamentos. **Juristas e jornalistas: impressões e julgamentos**, 2008.

MAIA, Marcos. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 13 mar. 2018.

MENDONÇA, Neide. **Desburocratização linguística**: como simplificar textos administrativos. São Paulo: Pioneira, 1987.

NOVAES, Flávio. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 16 mar. 2018.

PAIXÃO, Maria Filomena da. **Ruídos na tradução da linguagem jurídica para a linguagem jornalística:** o papel da imprensa na concretização da democracia, dos direitos fundamentais e do acesso à justiça. 2012. Disponível em: <http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/206> Acesso em: nov. 2017.

PEREIRA, Marcelo. A RETÓRICA JURÍDICA: um olhar da Comunicação. **Revista Pensar Comunicação**, v. 2, n. 1, 2014.

POSSATO, Maria. **As interfaces da linguagem jurídica.** Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=11494> Acesso em: set. 2017.

RIOS, Mariana. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 25 fev. 2018.

SADEK, Maria Tereza. **O sistema de justiça**. SciELO-Centro Edelstein, 2010.

SALAZAR, Rodrigo. **Entrevista concedida a Júlia Vigné Nunes**. Salvador, 19 mar. 2018.

SILVA, Rodrigo Daniel. **A expansão do jornalismo jurídico no brasil**. Cachoeira, 2015.

SILVA, Rodrigo Daniel. “**Um panorama do jornalismo jurídico no Brasil**”. Observatório da Imprensa, São Paulo, p. 1 – 10, 01 out. 2013.

SILVA JR, Maurício Guilherme; ANTUNES, Elton. Do desejo de traduzir à transcriação: apontamentos sobre a decodificação jornalística do discurso científico, com base em conceitos de Haroldo de Campos, José Paulo Paes e Paul Ricoeur. In: **E-Compós**. 2016.

TAVARES, Frederico. O jornalismo especializado e a especialização periodística. **Estudos em Comunicação**, n. 5, 2007.

THINK, OLGA. **Minimanual de Jornalismo Humanizado**. 2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO MATO GROSSO. **Guia do Judiciário para a Imprensa**. 2015.

1. Disponível em: <[bit.ly/descomplicandomanual](https://bit.ly/descomplicandomanual)> [↑](#footnote-ref-1)
2. Endereço da descrição do Conjur. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/a/quem_somos>>. Acesso em: 14 jun. 2018. [↑](#footnote-ref-2)
3. Endereço da descrição do Jota. Disponível em: <<https://www.jota.info/quem-somos>>. Acesso em: 14 jun. 2018. [↑](#footnote-ref-3)
4. Site do Bahia Notícias disponível em <[www.bahianoticias.com.br](http://www.bahianoticias.com.br)> [↑](#footnote-ref-4)
5. Site do Bocão News disponível em <<https://www.bocaonews.com.br/>> [↑](#footnote-ref-5)
6. Site do Bahia.ba disponível em <<http://bahia.ba/>> [↑](#footnote-ref-6)
7. ### Segundo Mauro Wolf, em “*Teorias da Comunicação*”, valores-notícias são parâmetros de qualidade, que tipificam ou classificam as ocorrências por modos institucionalizados. Ex.: notoriedade, morte, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, controvérsia, infração, escândalo, disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência, dia noticioso, simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

   [↑](#footnote-ref-7)
8. Site do Correio disponível em <<http://correio24horas.com.br>> [↑](#footnote-ref-8)
9. Mariana Rios é jornalista formada pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Atualmente coordena a equipe de Minha Bahia no jornal CORREIO, em Salvador, onde trabalhou como repórter e subeditora. Possui passagens no Diário de São Paulo e Folha de São Paulo, além de assessorias de comunicação de órgãos públicos e da iniciativa privada. [↑](#footnote-ref-9)
10. Luiz Lassserre é jornalista formado pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia em 1987. Trabalhou no extinto Jornal da Bahia nas editorias de esportes, polícia e foi editor do caderno Revista, de cultura e entretenimento. Foi repórter e editor do Correio da Bahia. Foi subeditor do Carderno 2 do jornal A Tarde, onde também foi editor na área de segurança e local. Integrou a equipe da organizaçã não governamental CIPÓ- Comunicação Interativa, atuando como jornalista mobilizador social na área da defesa dos direitos da infância e juventude. Atualmente é secretário de redação do jornal A Tarde. [↑](#footnote-ref-10)
11. Fernando Duarte é jornalista formado pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia em 2010. Repórter especializado em cobertura política entre 2011 e 2014, com passagens pelo site Bahia Todo Dia e jornais Tribuna da Bahia e A Tarde. Também teve experiências com produção e apresentação nas rádios Tudo FM e Vida FM. Desde 2014 é editor-chefe do Bahia Notícias, onde também assumiu em 2017 a função de articulista. [↑](#footnote-ref-11)
12. Cláudia Cardozo é jornalista formada pela Unime em 2014. Repórter setorista da coluna Justiça do Bahia Notícias desde 2011. Já trabalhou com assessoria de comunicação do TRT5, ONGs e sindicato. Premiada pela OAB Bahia e pela Associação dos Defensores Públicos da Bahia por matérias sobre direitos humanos. [↑](#footnote-ref-12)
13. Jornalista formado pela FIB em 2009. Iniciou como estagiário na Agência de Comunicação do governo estadual em 2008. Depois com passagem, ainda como estagiário, pela editoria de Serviços e Econômica de A Tarde. Campanha eleitoral para prefeitura de Salvador ainda em 2008. Já em 2010, foi repórter especial da editoria de politica da Tribuna da Bahia de onde seguiu para, como editor, para o Bocão News á época de sua fundação. Em 2014 volta ao A Tarde como repórter especial dedicado à coluna Tempo Presente. Dois anos depois, retorna para o Bocão News como editor-chefe. [↑](#footnote-ref-13)
14. Rômulo Faro é jornalista formado pela Faculdade da Cidade do Salvador. Foi repórter de política no site Política Hoje, assessor de comunicação do vereador Odiosvaldo Vigas e coordenador de jornalismo da campanha do candidato a prefeitura de Camaçari Zé de Elísio. Foi editor chefe do site Bahia 247, correspondente do Brasil 247 na Bahia e repórter de política do jornal Tribuna da Bahia e do caderno A Tarde Municípios. Atualmente é editor chefe do Bahia.ba. [↑](#footnote-ref-14)
15. Manuais disponíveis no link <<https://thinkolga.com/2018/01/31/minimanual-de-jornalismo-humanizado/>> [↑](#footnote-ref-15)
16. Manual disponível em <<https://issuu.com/comunicacaojornalistassp/docs/guia-sobre-drogas-para-jornalistas->> [↑](#footnote-ref-16)
17. Manual de jornalismo investigativo disponível em <<https://issuu.com/sbpdf/docs/a_investiga____o_a_partir_de_hist__>> [↑](#footnote-ref-17)
18. Guia do Judiciário para imprensa disponível em <<https://issuu.com/trtmatogrosso/docs/cartilha_judiciario_impress__o_100_>> [↑](#footnote-ref-18)
19. Manual “O Judiciário ao alcance de todos: noções básicas de juridiquês” disponível em < <http://www.periciamedicadf.com.br/publicacoes/juridiques.pdf>> [↑](#footnote-ref-19)
20. Glossário disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>> [↑](#footnote-ref-20)
21. A palavra está entre aspas porque a amostragem é de 53 jornalistas. [↑](#footnote-ref-21)